

Considerações gerais

O recente acordo de cessar-fogo estabelecido entre o Governo angolano e a UNITA é, sem sombra de dúvida, um dado importante para o futuro de Angola.

Para melhor ou para pior, para o bem ou para o mal, este elemento histórico tem o condão de afastar os fantasmas do passado, abrir perspectivas de desenvolvimento novas e, obviamente, permitir avaliar o estado de evolução da democracia, cuja existência em Angola tem sido meramente formal.

Permitam-me, por isso, antes de mais, saudar esta iniciativa tão pertinente da revista *Política Internacional* de juntar um conjunto de cidadãos angolanos que se têm destacado em diversas áreas para equacionar o futuro de Angola.

Apesar da evidência que é constatar-se que o fim da guerra em Angola marca uma nova etapa de esperança para os Angolanos, não pode no entanto passar sem um comentário a forma violenta como o conflito chegou ao fim, dando corpo ao *slogan* «É preciso fazer a guerra para acabar com a guerra». Vingou este pensamento contra o movimento pacifista que ia paulatinamente ganhando força no país, com um discurso que apelava ao consenso, às negociações para pôr fim à guerra, certos de que seria essa a melhor via para se preservar a opção democrática e criar o ambiente político necessário a uma verdadeira reconciliação nacional, genuína e sustentável.

Este movimento pacifista, que despontou um pouco por todo o lado, teve o seu ponto máximo no Congresso PRO PACE (Julho de 2000), onde numerosas intervenções e resoluções, apresentadas por delegados oriundos de todas as províncias do país, afirmaram a necessidade de se rejeitar a violência enquanto método para alcançar a paz.

Não foi este o desfecho que a guerra civil conheceu em Angola. Infelizmente, ficou uma vez mais patente o divórcio entre as aspirações dos cidadãos (especialmente aqueles que se encontravam mais desprotegidos face aos riscos e vicissitudes da guerra) e a vontade de poder dos governantes.

Mas a lógica da guerra não foi apenas apanágio do Governo. Até aos acontecimentos de 22 de Fevereiro, a UNITA não foi capaz de demonstrar que possuía um projecto democrático alternativo que a diferenciava da concepção monopolista do MPLA. A prova disso são as repetidas violações dos Acordos de Bicesse e de Lusaca, sem esquecer alguns indicadores extremamente importantes, como o facto de em 1992 a UNITA ter assumido abertamente uma postura de superioridade e menosprezo em relação às outras forças políticas emergentes (A UNITA, recorde-se, não esteve presente na reunião multipartidária dirigida pelo Chefe de Estado, em Janeiro de 1992. É certo que o Presidente José Eduardo dos Santos ficou visivelmente irritado com o teor de algumas propostas, como, por exemplo, as que foram apresentadas pelo Dr. Joaquim Pinto de Andrade, então presidente do Partido Renovador Democrático, mas pelo menos mostrou-se disponível para discutir com essas forças).

Não menos importante é reconhecer que, no essencial, a própria concepção de poder da UNITA não difere muito da do MPLA – pelo menos é o que se vislumbrou até à altura da morte do seu líder, o Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Até aí, o que era perceptível é que cada um dos beligerantes acreditava que poderia enfraquecer decisivamente o outro no plano militar, a fim de se apresentar numa posição de força à mesa das conversações.

Apesar do risco que encerrava, e dos desequilíbrios que provoca num contexto como o angolano, a verdade é que a bipolarização foi assumida e parece evidente que interessava a ambos os lados. Era um jogo com uma parada muito elevada: o vencedor ganhava tudo, o derrotado perdia tudo. Cada um acreditou que seria o vencedor.

Obviamente que este quadro é, por si só, uma fonte de conflitos. É óbvio e evidente que ninguém pretende ficar na posição de perdedor, pelo que não hesitará em recorrer a todo o tipo de expedientes para evitar a derrota.

E é por tudo isso que foi fatal o facto de não ter havido a seguir a Bicesse um período de transição que favorecesse a distensão política. Tal teria permitido acabar com o monopólio político do MPLA, alicerçado durante o período socialista. Um período de transição teria permitido fazer a descompressão da sociedade, criar empregos políticos, institucionalizar o

funcionamento de contrapoderes, estabelecer quotas de participação na gestão da coisa pública, enfim, todo um conjunto de acções que teriam permitido eliminar algumas das principais causas da guerra civil em Angola. Não foi essa a visão das forças políticas em 1992, que unanimemente rejeitaram a proposta de transição feita pelo MPLA. O MPLA foi o único partido que em 1992 levantou a questão da necessidade de um período de transição. O que se explica, com toda a certeza, pelo facto de o MPLA vir de um período de má governação e considerar que, em termos internacionais, a correlação de forças não lhe era inteiramente favorável. Por isso precisava de um período para se recompor. E isto certamente passaria por criar um novo ambiente político que permitisse a divisão do espaço político.

Apenas hoje, com a distância de dez anos, se pode medir a dimensão da perda de tão importante oportunidade, quanto a mim a maior e a melhor que Angola alguma vez teve. Afinal de contas, todos teríamos ganho com um MPLA renovado e democratizado, pronto para participar numa verdadeira reconciliação nacional e na edificação de um Estado de direito democrático.

Os partidos emergentes, esses, ainda hoje padecem de uma significativa debilidade, que, por maioria de razão, há dez anos ainda era mais evidente. Manifestamente, demonstraram imaturidade para lidar com o fenómeno da mudança, deram sinais de revanchismo e raras vezes adoptaram uma postura construtiva. Além do mais, subestimaram a força do MPLA, que detinha o controlo absoluto da máquina administrativa do país.

Em 1992, a chamada «sociedade civil» era praticamente inexpressiva. Uma das organizações que despontavam era a ACA, Associação Cívica Angolana, constituída a 25 de Janeiro de 1990, mas apenas reconhecida em 1992 por via do Decreto Executivo n.º 1/92 do Ministério da Justiça, publicado no *Diário da República* n.º 1, I Série, de 3 de Janeiro, na sequência do provimento do recurso interposto junto do Sr. Presidente da República. Inicialmente, o Governo havia indeferido o pedido de registo da ACA.

A ACA causou sensação na altura. Era a grande novidade, não só pela independência que revelava em relação ao poder político estabelecido, mas também pelo seu objecto social. A ACA foi a primeira organização da

sociedade civil angolana empenhada na defesa dos direitos humanos, dos direitos cívicos, da boa governação e do Estado de direito democrático.

A ACA foi vítima do seu sucesso inicial. Depois de constituída, conseguiu que o Poder reconhecesse os direitos de livre associação política dos Angolanos, cujas atribuições constituíam o cerne das reivindicações do movimento cívico. Mas, nessa altura, todos fomos vítimas da ilusão que os numerosos partidos políticos, os quais entretanto se constituíram, tornariam irrelevante a acção da ACA. Tratou-se de um erro, conforme se reconhece na Estratégia de Actuação aprovada na Assembleia Geral de relançamento da ACA, que ocorreu dez anos após a sua constituição.

Como a própria experiência demonstrou, os partidos políticos angolanos não foram capazes de ultrapassar as suas contradições e divergências através de meios pacíficos. A recusa da UNITA em desfazer-se do seu exército foi, sem dúvida, o principal factor que conduziu à guerra civil. Mas forçoso é reconhecer também como o MPLA não conseguiu dar sinais inequívocos de que queria de facto acabar com o sistema de Partido-Estado. Na sua Estratégia de Actuação, a ACA afirma que os partidos políticos se mostraram incapazes de estabelecer normas de convivência pacífica entre si, e, por conseguinte, não podiam de modo algum servir de veículo para as legítimas reivindicações da sociedade civil. Por isso se reconhece que a organização independente do movimento cívico poderia ter constituído um amortecedor significativo das contradições políticas entre os partidos no período pós-Bicesse.

É munida desta convicção que a ACA reaparece na sociedade angolana, a fim de cumprir o papel histórico que lhe está reservado, numa altura em que se constatou que, apesar do decurso do tempo que mediou entre o acto da sua constituição e a data do seu reaparecimento, os direitos pelos quais lutaram os seus fundadores estão já consagrados na lei. No entanto, apesar disso, uma coisa é a consagração dos direitos e outra é a possibilidade do seu exercício. A Estratégia de Actuação da ACA denuncia a este propósito que, sob o presente regime político, a vida nacional é perturbada diariamente por verdadeiros assaltos periódicos e traiçoeiros contra a

liberdade de imprensa, contra a independência dos partidos da oposição e contra os direitos ancestrais sobre o solo e as riquezas naturais.

Daí que a saída da ACA da letargia em que esteve mergulhada durante uma década tenha sido identificada como o pagamento de uma dívida para com o imenso número dos nossos compatriotas que, por se encontrarem privados dos seus mais elementares direitos cívicos, estão condenados à miséria, à doença, à fome, ao analfabetismo e à prepotência do Poder.

As perspectivas de desenvolvimento

As perspectivas de desenvolvimento em Angola são todas e não podem ser nenhuma. Tudo depende, obviamente, dos Angolanos. Mas quando falamos de angolanos estamos a generalizar, porque não são todos os Angolanos que têm decidido sobre os destinos do país, mas a classe política, com especiais responsabilidades para o MPLA, que é o único Governo que Angola conheceu em 26 anos de independência.

Neste momento, o MPLA está isolado na sua posição de dirigir sozinho os destinos do país e isto não lhe permite ver que a questão da reforma política em Angola é urgente e indispensável, e que quanto mais tarde ela ocorrer mais dramática será a situação, inclusive para o próprio MPLA. Certamente que o MPLA não é o único partido no mundo com intenções de se manter eternamente no Poder. Mas o que é preciso atender são as circunstâncias e pressupostos do mundo moderno e dos Estados com opção democrática, que são factores que ultrapassam vontades pessoais e se impõem objectivamente.

Este dado traz à colação um outro elemento que é também parte neste processo, e com implicações muito específicas. Trata-se da comunidade internacional, que, não só em Angola mas em todo o mundo, deve ter uma atitude coerente e activa para ajudar a promover a paz. No nosso caso, é necessário que haja uma posição de isenção e compromisso, não só para com Angola mas também para com os Angolanos.

Angola é uma potência em riqueza do subsolo e por isso tem todas as possibilidades para se desenvolver em conjunto com os Angolanos. No

entanto, falta à classe dirigente a vontade política para promover a mudança, o que compromete as possibilidades de desenvolvimento.

Da combinação positiva destes dois elementos depende o desenvolvimento de Angola e, no momento em que se assinou o cessar-fogo, há uma janela de oportunidade que se abre ao nosso país. Para que essa abertura não seja desperdiçada é necessário que se entenda que estamos perante um processo que, para singrar, tem de eleger o bem-estar das populações como objectivo prioritário.

A inclusão social é o principal dado que permitirá atacar as causas profundas da conflitualidade em Angola. Embora mais escondida, a exclusão social é uma causa tão actuante quanto a causa próxima que esteve na base da continuação da guerra após 1992. É preciso entender-se que a guerra em Angola precedeu o nascimento da UNITA em 1966, e depois dessa data a mesma organização não pode ser responsabilizada por todas as novas guerras de Angola. A causa profunda dos conflitos, e que não foi combatida até ao momento, reside no sentimento de alienação de amplos sectores da população em virtude das desigualdades segregadas pelo Estado, um sentimento tão arreigado que pode fazer subir os rancores até à opção pelo banditismo ou pela oposição armada.

É preciso pensar-se na instituição de um Estado-Nação solidário, o que significa que os recursos financeiros públicos deverão ser prioritariamente afectos à formação e valorização do capital humano durante todos os ciclos de vida dos cidadãos. Este princípio já eliminará grande parte da desigualdade social que é segregada pelo actual Estado, mas não é suficiente. Além disso, a organização do Estado-Nação angolano deve consagrar a atribuição da gestão dos equipamentos sociais aos governos locais, definidos de acordo com as concentrações dos assentamentos familiares. Em países com a extensão de Angola já se torna imprescindível a organização dos conselhos de coordenação regional (ou provincial). O equilíbrio das instituições requer muito possivelmente a criação de uma segunda câmara de representantes das regiões (actuais províncias), para além da câmara de deputados representantes da nação. Em todo o caso, a competência do Governo central define-se por exclusão de partes, sem

contudo deixar de compreender os assuntos constitucionais do país, como a defesa, a política monetária e fiscal, a apelação da justiça e a diplomacia.

Além de favorecer uma estratégia económica de desenvolvimento humano, o Estado-nação que se define pela justaposição num país de governos locais ligados entre si e representados no exterior por um governo central encerra a virtude da multiplicação dos empregos políticos e, portanto, diminui a possibilidade de os dirigentes da oposição caírem no desemprego.

Esta questão é de uma grande actualidade porque se os teóricos de Bicesse se tivessem compenetrado das vantagens inerentes à adopção de um modelo estatal descentralizado em Angola, então facilmente teriam chegado à conclusão de que a simultaneidade de eleições locais e gerais permitiria um acomodamento mais digno da oposição ao regime e – quem sabe? – assim talvez se tivesse evitado o reacender da guerra.

Em todo o caso, do ponto de vista da ACA, o pior cenário das próximas eleições consistiria na preservação da regra viciada do jogo político segundo a qual a maioria ganha tudo e depois envia a oposição «para as urtigas».

Desmantelar o Partido-Estado

A eliminação dos rancores profundos causadores da guerra não passa unicamente pela descentralização da administração dos equipamentos colectivos, mas também por uma segunda operação muito mais fácil e barata de levar a cabo. Trata-se do desmantelamento do Partido-Estado, que nalgumas áreas nevrálgicas é a pedra angular da organização do Poder em Angola. A natureza desse regime não deriva principalmente do facto de José Eduardo dos Santos ser, ao mesmo tempo, Chefe do Estado e Presidente do partido governante. Isto não é aconselhável, mas não chega para definir um regime de Partido-Estado.

O Partido-Estado existe porque a organização do MPLA está estruturada por locais de trabalho e esta é a conexão essencial para que todos os cargos públicos de responsabilidade sejam ocupados por militantes ou pessoas indicadas por aquele partido.

E é dessa forma que a «grande família» dos militantes situacionistas consegue excluir de todos cargos socialmente meritórios os indivíduos que

lhes são estranhos. Ao fim de 26 anos de independência, pouco ou nada mudou a este respeito. A rede de militantes do MPLA continua a exercer um papel discricionário no processo de promoções dos quadros.

O papel do Partido na promoção dos quadros do Estado e empresas públicas atenta contra os direitos da maioria do eleitorado, que, como em qualquer país, é composta por pessoas sem qualquer filiação partidária. Por outras palavras, o Partido-Estado deforma a engrenagem natural de atracção de pessoas talentosas para o topo da sociedade.

É claro que também há entre os militantes e simpatizantes do partido no Poder pessoas com talento que, no melhor dos casos, são cooptadas para cargos de responsabilidade e direcção. Mas o problema persiste porque enquanto não se acabar com a discriminação praticada pelo Partido-Estado contra as pessoas estranhas ao partido, só a uma parte dos talentos da nação é oferecida a oportunidade de promoção social.

No pior dos casos, o processo discriminatório de promoção de quadros propuliona muitas pessoas medíocres para o topo da sociedade. Nesta situação, o ostracismo praticado contra as pessoas cuja inteligência está acima do senso comum torna-se uma outra fonte de obstáculos ao desenvolvimento integral do país. Com efeito, o progresso da sociedade depende sobretudo da capacidade que esta revele em atrair para os lugares de liderança da economia pública e privada os indivíduos com inteligência e talento.

As duas razões apontadas mostram bem como a presença de organizações partidárias nos locais de trabalho da administração pública é uma «tradição» incompatível com a boa saúde da sociedade e o desenvolvimento harmonioso do Estado-nação. A reforma necessária é de uma grande simplicidade. O progresso social exige que os partidos políticos organizem as suas redes de militantes com base no critério da residência. Esta é também uma reforma necessária numa óptica político-constitucional, na medida em que se trata de eliminar um resquício do totalitarismo marxista-leninista que atenta contra os princípios democráticos que nos devem reger. A interdição da actividade partidária nos locais de trabalho não deverá ser uma medida «para inglês ver». Para ser efectiva, terá de ser acompanhada

por outras medidas de moralização do Estado, principalmente a generalização de concursos públicos para preenchimento dos postos técnicos e divisão de quadros, sem esquecer a necessidade de se operar um novo equilíbrio nas relações entre os poderes legislativo, executivo e judicial. Também não se deve esquecer que o controlo da imparcialidade da comunicação social e dos serviços eleitorais terá de ser confiada a comissões independentes, senão poderão ser facilmente instrumentalizadas pelo partido no Poder.

A ruptura entre as duas componentes fundidas do Partido-Estado é tão inofensiva que qualquer receio em submeter-se a essa operação por parte do partido governamental após assinatura do cessar-fogo só poderá comparar-se à tentativa irracional e egoísta de alguém negar a um irmão gémeo o direito de rompimento da ligação siamesa formada entre os dois à nascença.

Uma vez reconhecida a natureza da reforma política que se preconiza para Angola nesta fase pós-conflito, é preciso identificar-se a maneira de suprimir os obstáculos e não de contorná-los. Nesta base, o desenvolvimento passará a depender única e exclusivamente dos programas alternativos da oposição político-partidária e da capacidade dos seus autores em concretizá-los, bem como da capacidade da sociedade civil em constituir-se como instrumento de pressão para a mudança.

Chegados aqui, resta manter a confiança na superação da tragédia que foi o falhanço da construção da democracia política em Angola, o que implicará, como já sublinhámos, a erradicação das causas profundas da guerra civil angolana.

O receio reside no facto de este pensamento político, tratado de uma forma mais global na Tese da ACA sobre a Paz em Angola, poder receber inicialmente um acolhimento cáustico e severo por parte do Poder instalado. Em todo o caso, há a convicção de que as medidas de reforma política aqui apontadas são praticamente inevitáveis, e que todo o adiamento a esse respeito constituirá um pesado *handicap* na tarefa inadiável da promoção económica e social da nação angolana.